

PUBLICAÇÃO DIÁRIO-AM-06/04/2026
Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz
CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
MARÇO/2026

Hospital Delphina Rinaldi Aziz

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ - CNPJ 23.453.830/0022-02				Demonstração das Mutações do Patrimônio Social			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)				Patrimônio Social Super./ (Déficit) Acumulado Total			
Balancos Patrimoniais			Demonstrações de Resultados			Saldos em 31 de dez. de 2023	
Notas	2025	2024	Notas	2025	2024	41.128.184	20.375.577
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equiv. de caixa	4	33.472.611	57.732.540	Receitas Operac.			
Contas a receber	5	40.785.049	70.478.554	Serviços prestados			
Estoques	6	11.233.790	17.736.714	pacientes SUS	283.873.749	286.585.498	
Outros créditos		536.954	216.424	Serviços prestados			
Despesas antecipadas		13.451	23.358	convênios e partic.			
Depósitos judiciais	13	444.317	26.267	(-) Glosas			
Contratos de gestão	3m	71.366.830	71.329.449	Receita Líquida	283.873.749	286.585.498	
Total do Ativo Circulante		157.853.022	217.543.306	Custos			
Não Circulante							
Contas a receber	5	1.815.194	1.815.174	Serviços de terceiros	(173.088.173)	(136.729.274)	
Partes relacionadas	12	5.500.373	3.688.670	Pessoal e encargos	(75.884.980)	(75.968.545)	
Outros créditos		718.200	724.626	Materiais e medicam.	(43.391.232)	(46.886.730)	
Imobilizado – Próprio	7	55.684	33.010	Superávit/(Déficit) Líq.	(8.490.636)	27.000.949	
Total do Ativo não Circul.		8.089.432	6.261.480	Despesas			
Total do Ativo		165.942.454	223.804.786	Pessoal e encargos	(18.971.245)	(18.992.136)	
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL							
Circulante							
Fornecedores	8	20.601.826	42.546.856	Superávit / (Déficit) Antes do Res. Financ.	(33.256.567)	1.090.223	
Obrigações trabalhistas	9	25.598.751	26.777.485	Financieira Líquida			
Obrigações sociais	10	2.606.670	3.253.604	Despesas financeiras	(141.921)	(315.314)	
Obrigações fiscais		994.063	891.471	Receitas financeiras	5.781.087	4.294.632	
Outras contas a pagar	11	1.959.996	8.544.969	Superávit / (Déficit) Antes de Outras Desp. e Rec.	(27.617.399)	5.069.541	
Partes relacionadas	12	380.000	1.430.967	Outras Despesas e Receitas			
Contratos de gestão	3m	71.366.830	71.329.449	Doações e subvenções	1.048.914	2.034.404	
Total do Passivo Circul.		123.508.137	154.774.801	Outras receitas e desp.	(477.167)	-	
Não Circulante							
Provisões p/ conting.	13	872.264	422.279	Superávit / (Déficit) do Exercício	(27.045.653)	7.103.945	
Total do Pas. não Circul.		872.264	422.279	Demonstrações dos Resultados Abrangente			
Patrimônio Social				2025	2024		
Patrimônio social		68.607.706	61.503.761	Superávit/(Déficit) do Exerc. (27.045.653)	7.103.945		
Superávit (déficit) acum.		(27.045.653)	7.103.945	Outros resultados abrangentes			
Total do Patrimônio Social		41.562.053	68.607.706	Total Resultado Abrangente (27.045.653)	7.103.945		
Total do Passivo e Patrimônio Social		165.942.454	223.804.786				
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS							
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é uma unidade clínica e de referência cirúrgica da rede estadual de saúde, que presta serviços de média e alta complexidade, com suporte diagnóstico e terapêutico, por meio de fluxo organizado de referência e contrarreferência, abrangendo desde a atenção básica, com atendimento integral voltado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em junho de 2024, o Hospital manteve a realização dos serviços de transplante renal, contemplando atendimentos relacionados a intercorrências em pacientes com doador vivo, bem como inícios de atendimentos com doador falecido, nas fases pré e pós-transplante, além da continuidade da realização de implante coclear. Em março de 2025, foi implantado o serviço de transplante hepático, com atendimento às demandas relacionadas a intercorrências em pacientes com doador falecido. A unidade conta com capacidade instalada de 372 leitos, distribuídos em 100 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), 10 leitos de Suporte Ventilatório Avançado (SVA), 158 leitos clínicos, 66 leitos cirúrgicos, 28 leitos destinados a transplantes e 10 leitos de Hospital-Dia. Está localizada na Avenida Torquato Tapajós, nº 9.250, Colônia Terra Nova, CEP 69.093-415, Manaus – AM. b. Contrato de Gestão: O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, celebrando o 15º Termo Aditivo com validade até 30/03/2027. Em junho de 2024, foram intensificadas as atividades cirúrgicas, abrangendo as especialidades de Cirurgia Geral, Ginecologia/Mastologia, Proctologia, Oftalmologia e Dermatologia, bem como a realização de procedimentos de coleta de material por meio de biópsias. Adicionalmente, foram ampliados os serviços de apoio diagnóstico, incluindo Ultrassonografia Geral, Ultrassonografia com Doppler, Urodinâmica Completa, Urofluxometria e Colonoscopia. No período de junho de 2025 a dezembro de 2025, foram realizadas 15.739 cirurgias e 23.314 exames, volumes superiores às metas estabelecidas no contrato de gestão O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:							
Âmbito	Legislação	Publicação					
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970					
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969					
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967					
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CG-CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único, A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. c. Déficit do exercício de 2025: Em 2025 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 27.045.653 no exercício. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.							
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 01 de abril de 2026. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.							
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques							
obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:							
Taxa Anual de Depreciação - %							
Aparelhos Med. e Cir.							10%
Máquina e Equipamentos							10%
Aparelhos Telefônicos							20%
Eq. Informática							20%
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.							
d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.							
Taxa Anual de Amortização - %							
Software							20%
e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões							
>>> continua >>>							

>>> continuação >>>

são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2025	2024
Caixa em espécie	917	1.173
Banco conta movimento	88	11
Aplic. financ. de liquidez imediata	33.471.606	57.731.356
Total	33.472.611	57.732.540

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

7. IMOBILIZADO	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informática	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	1.472	-	24.977	16.828	43.277
Aquisições	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	(235)	-	(7.724)	(2.308)	(10.267)
Saldo contábil líquido	1.237	-	17.253	14.520	33.010
Em 31 de dezembro de 2025					
Saldo inicial	1.237	-	17.253	14.520	33.010
Aquisições	-	6.649	29.500	-	36.149
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	(235)	(1.112)	(9.819)	(2.308)	(13.475)
Saldo contábil líquido	1.002	5.537	36.934	12.212	55.684

8. FORNECEDORES	2025	2024
Materiais e medicamentos	2.941.570	6.816.850
Serviços	1.484.854	2.529.689
Serviços médicos	15.708.498	30.380.593
Diversos	466.904	2.819.724
Total	20.601.826	42.546.856

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	5.836.503	6.125.501
Provisão férias	6.192.475	7.639.847
Provisões FGTS s/férias	494.769	610.588
Outras provisões	13.075.004	12.401.549
Total	25.598.751	26.777.485

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2025	2024
INSS a recolher	703.564	804.399
FGTS a recolher	812.116	939.868
Empréstimos FGTS	386.365	-
IRRF s/ folha a recolher	616.321	1.282.350
Contr. sindical	6.168	8.073
Outros a pagar	82.136	218.914
Total	2.606.670	3.253.604

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR	2025	2024
Empréstimo consignado à funcionários	-	321.213
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	1.649.133	1.188.682
Verba piso salarial da enfermagem (i)	294.722	7.018.311
Seguros a pagar	16.141	16.763
Total	1.959.996	8.544.969

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. (ii) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de

Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pelo Hospital. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente em repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2026.

12. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
Ativo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	5.500.373	3.688.670
Total Não Circulante	5.500.373	3.688.670
Passivo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	-	1.050.967
SEDE ADMINISTRATIVA	380.000	380.000
Total Circulante	380.000	1.430.967

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 380.000 (R\$ 380.000 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

Provável	2025	2024
Cível	13.889	13.889
Trabalhista	858.375	408.390
Total	872.264	422.279

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível	2025	2024
Cível	1.875.466	952.608
Trabalhista	13.138	8.945.383
Total	1.888.604	9.897.991

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2025	2024
Serviços de gestão	(4.560.000)	(4.560.000)
Aluguel de máquinas	(357.439)	(1.398.212)
Telefone	(88.978)	(113.481)
Manutenção e conservação	(19.220)	(12.364)
Viagens e hospedagem	(185.657)	(513.716)
(Provisão) Reversão para conting.	(477.167)	222.535
Outros	(82.322)	(477.051)
Total	(5.770.783)	(6.852.289)

15. RENUNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	21.428.100	21.406.292
INSS	21.428.100	21.406.292
COFINS	8.516.212	8.559.534
COFINS	8.516.212	8.559.534
Total	29.944.312	29.965.826

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplic. financ. de liquidez imediata	33.471.606	57.731.356
Contas a receber	42.600.243	72.293.728
Total ativos financeiros	76.071.849	130.025.084
Fornecedores	20.601.826	42.546.856
Total passivos financeiros	20.601.826	42.546.856

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **iii. Riscos Operacional:** A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2025, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Renovação do contrato de gestão: Em 31 de dezembro de 2025, o contrato de gestão da UPA foi renovado, passando a vigorar de 31/03/2026 a 31/03/2027. **Repactuação e parcelamento de contas a receber:** Em janeiro de 2025, o Instituto formalizou, junto ao Ente público, contrato de repactuação financeira e parcelamento do montante de R\$ 66.832.199, a ser liquidado em seis (06) parcelas mensais, com início previsto para fevereiro de 2025, sem incidência de atualização monetária ou encargos. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, os valores pactuados não foram integralmente recebidos, permanecendo em aberto o montante de R\$ 22.495.189, correspondente às parcelas residuais das competências de novembro e dezembro de 2024, com vencimentos previstos para junho e julho de 2025. A Administração permanece em tratativas junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM), com o objetivo de viabilizar o recebimento dos valores ainda pendentes. A Entidade segue acompanhando continuamente a situação, adotando as medidas necessárias para a regularização dos repasses e a definição de cronograma atualizado para a liquidação dos valores em aberto.

Manaus - AM, 01 de abril de 2026. Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF: xxx.078.610-xx // Lienay Teixeira de Macedo Koury - Contadora - CRC/PA - 021003/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH. Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Manaus - AM

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Contas a receber parcelado junto a SES/AM: Em 31 de dezembro de 2025, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão do Hospital no montante de R\$ 22.495.188, vencidos e relativos ao período de novembro e dezembro/2024. O ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025 e até a emissão deste relatório, o Instituto não havia recebido a última parcela do acordo que estava prevista para julho de 2025. Nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que este o montante mencionado anteriormente, possuía liquidez e foi considerado no fluxo de pagamentos de curto prazo do Ente Público para fazer frente aos recursos esperados pelo Hospital para gestão de suas operações. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa: A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SES/AM como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público.

Provisões para riscos e passivos contingentes: Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e

trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis.

Transações com partes relacionadas: A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Prejuízo do exercício:** Conforme nota explicativa 1c, em 2025 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 27.045.653 no exercício. Tais fatores demonstram a necessidade de readequação do contrato de gestão para fazer frente aos custos atualizados do serviço de gestão, de modo a manter a estrutura de atendimento atualmente disponibilizada pelo Instituto. Até a emissão desse relatório, o contrato de gestão havia sido renovado para o período de 01 de abril de 2026 à 31 de março de 2027, entretanto os valores de atualização do novo contrato não tiveram reajuste proporcional à atual estrutura de custos dos serviços prestados. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2025, com ressalvas relativo ao saldo de estoques e contas a receber parcelado junto a SES/AM.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles

com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2026. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2. Heitor Pivom - Contador CRC 1SP 331.721/O-6**

Protocolo 266559

USUÁRIO DO SISTEMA

IOA NEWS

Tire suas dúvidas e receba orientações técnicas com nossa equipe.

2101-7500 RAMAIS
7541 | 7542 | 7543**doe.suporte@imprensaoficial.am.gov.br****ATENDIMENTO:** de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h.
Estamos aqui para ajudar você!

Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO